

ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE CATADORES DE RECICLÁVEIS E SEUS DESAFIOS

SOCIAL ORGANIZATION OF RECYCLABLE WASTE PICKERS AND THEIR CHALLENGERS

Neliane Robaldo Guedes Corrêa

Discente no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), *Campus* de Aquidauana – Aquidauana (MS), Brasil.

Lucy Ribeiro Ayach

Docente no Programa de Pós-graduação em Geografia da UFMS, *Campus* de Aquidauana – Aquidauana (MS), Brasil.

Endereço para correspondência:

Neliane Robaldo Guedes Corrêa – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Aquidauana – Rua Oscar Trindade de Barros, 740 – Serraria – Aquidauana (MS), Brasil – E-mail: liaartedefazer@gmail.com

RESUMO

Existe uma vasta discussão teórica sobre a organização social de grupos de catadores de materiais recicláveis, mas poucos avanços são percebidos na prática. Muitos são os desafios a serem enfrentados para manter o grupo unido em torno de um projeto comum. O objetivo deste artigo é realizar uma abordagem da experiência vivenciada com o grupo de catadores de recicláveis da cidade de Aquidauana, Mato Grosso do Sul, e dos desafios enfrentados na tentativa de organização social desses trabalhadores, em um regime de economia solidária, traçando um paralelo com a literatura. A base metodológica utilizada foi a geografia humanística voltada à percepção. Como resultado do projeto, muitos benefícios foram percebidos pelos catadores, entretanto, não foram suficientes para diminuir a rotatividade desses profissionais no empreendimento. O tempo limitado de desenvolvimento do projeto-piloto, três anos, pode ter contribuído para que as mudanças sofressem tanta resistência por parte dos participantes.

Palavras-chave: coleta seletiva; catadores; economia solidária; percepção ambiental.

ABSTRACT

There is a vast theoretical discussion about the social organization of recyclable materials collectors groups, but few advances are perceived in practice. Many are the challenges to be faced to keep the group together around a common project. The objective of this article is to approach the experience lived with the group of recyclable materials collectors in the city of Aquidauana, Mato Grosso do Sul, Brazil, and the challenges faced in trying to have a social organization, in a solidarity economy system, drawing a parallel with the literature. The methodological basis used was the humanistic geography focused on perception. As a result of the project, many benefits were perceived by the collectors, however, they were not enough to reduce the turnover of collectors in the venture. The short period of the pilot project (3 years) may have contributed so that the changes suffered so much resistance from participants.

Keywords: selective collect; collectors; solidarity economy; environmental awareness.

INTRODUÇÃO

Existe uma vasta discussão teórica sobre a organização social de grupos de catadores de materiais recicláveis, mas poucos avanços são percebidos na prática. Poucos são os grupos que efetivamente têm conseguido se tornar minimamente sustentáveis em longo prazo. Qualquer grupo social precisa superar desafios para se manter unido em torno de um objetivo comum. O individualismo e a falta de solidariedade são alguns desses desafios.

Na organização social de catadores, outros desafios se destacam, como: discriminação e marginalização da sociedade; falta de recursos e apoio governamental; baixa escolaridade dos catadores; alta rotatividade dos catadores nos grupos; descontinuidade dos projetos e programas governamentais, entre outros.

Todos esses desafios causam impactos que influenciam o fator psicológico na percepção, refletindo na tomada de decisões dos catadores. Como resultado, a baixa autoestima é um dos obstáculos nos relacionamentos internos dentro do grupo, assim como o individualismo e a falta de estímulo para a solidariedade, que são determinantes no sucesso dos empreendimentos sociais de catadores.

Na busca de métodos que possam enfrentar esses desafios, apresenta-se o sistema de economia solidária, que tem sido largamente utilizado como ferramenta para viabilizar a organização social de trabalhadores excluídos e sem perspectivas, em curto prazo, como é o caso dos catadores de materiais recicláveis. A economia

solidária está baseada principalmente na solidariedade, e não no capital, na participação dos membros nas decisões internas e na divisão igualitária do trabalho e da renda (SINGER, 2001).

Existe, ainda, por parte dos catadores uma grande resistência ao sistema, devido, principalmente, ao seu caráter inovador. Habitados à figura do patrão, à obediência sem questionamentos, uma realidade vivenciada ao longo do tempo, a mudança tem sido conflitante para muitos grupos de catadores.

Conhecer os fatores que influenciam na percepção de si e do seu meio, e que levam as pessoas a tomarem uma decisão, pode ajudar no planejamento dos empreendimentos, favorecendo as chances de sucesso dos empreendimentos solidários de catadores.

O objetivo deste artigo é realizar uma abordagem da experiência vivenciada com o grupo de catadores de recicláveis da cidade de Aquidauana, Mato Grosso do Sul, e os desafios enfrentados na tentativa de organização social desses trabalhadores, traçando um paralelo com a literatura. A análise apresentada se refere ao período de maio de 2011 a março de 2013, no qual foi desenvolvido o projeto-piloto de coleta seletiva na cidade.

A base metodológica da pesquisa é a geografia humanística voltada à percepção. Além do levantamento bibliográfico relacionado ao tema, foram utilizados dados secundários do projeto desenvolvido no período de 2011 a 2013.

A COMPLEXIDADE DA MOTIVAÇÃO E DO COMPORTAMENTO DOS CATADORES

Na geografia humana, a dimensão psicológica é fator determinante para o estudo do comportamento das sociedades, não só a psicologia, como também a economia, a história, entre outras ciências, precisam ser utilizadas nos estudos da compreensão das motivações humanas. Desde a década de 1970, Tuan (1975) já demonstrava crescente interesse na dimensão psicológica das atitudes e dos valores em relação ao meio ambiente e ao espaço. Em seus estudos, tenta encontrar, pela natureza humana, os sentidos universais nas experiências particulares. “É a busca da autocompreensão, para entender, então, a humanidade e a nossa essência” (PÁDUA, 2013, p. 15).

A autocompreensão, por sua vez, envolve um trabalho complexo, pois cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente às ações sobre o ambiente em que vive, e suas atitudes estão baseadas em suas experiências vividas, sua percepção do presente, nas possibilidades e perspectivas futuras e nas expectativas baseadas em suas crenças e seus valores, por isso não existe previsibilidade na ação e reação das pessoas (TUAN, 1975; FERNANDES *et al.*, 2015).

A percepção é, portanto, particular e individualizada. Não é possível que duas pessoas tenham a mesma percepção, mesmo que sejam irmãos e tenham tido

uma infância juntos, cada um terá sido impactado pelo ambiente de forma individual e terá expectativas presentes e futuras diferentes, mesmo que suas crenças e seus valores sejam semelhantes. Essa é uma das dificuldades encontradas na organização social de qualquer grupo ou setor da sociedade. As crenças e os valores, no entanto, aproximam as pessoas, que tendem a ter motivações e comportamentos semelhantes. O conhecimento sobre essas crenças e esses valores possibilita o avanço no sentido de melhorar a interação do indivíduo com o mundo e a sua valorização enquanto pessoa.

As crenças e os valores surgem da possibilidade humana de se perceber, de ter consciência de si mesmo. Pádua (2013, p. 26) afirma que “o ambiente é um mundo inautêntico com o qual nos relacionamos ingenuamente por meio de coisas; o mundo, por sua vez, não é nem uma coisa nem um conjunto de coisas, é o reino de nossa experiência, onde encontramos as coisas, os outros e nós mesmos”. A liberdade existencial permite que nossa percepção e nossos pensamentos entrem no campo da imaginação nos projetando para o futuro. Cada indivíduo comanda seu mundo e reduz o outro a um objeto de seu mundo (TUAN, 1975).

É de extrema relevância observar os fatores que influenciam positivamente ou negativamente a percepção dos catadores, visto que suas motivações e decisões são totalmente influenciadas pelo que os trabalhadores pensam de si mesmos e do mundo. As iniciativas que objetivam a mudança dessa percepção encontram diversas barreiras. Segundo Pádua (2013, p. 29), é pela vivência que o homem se põe em contato com o mundo dos objetos exteriores, e esses “produzem e possuem uma geografia a partir de suas experiências de mundo, de suas noções de território e lugar, com foco na compreensão de como espaços se transformam em lugares”.

Ao analisarmos o que Pádua (2013) afirma, é possível perceber a dificuldade encontrada pelos catadores em criar expectativas a respeito da melhoria da sua condição de vida. Seu cotidiano em meio ao lixo, ano após ano, convivendo diariamente com o chorume e o odor que ele exala, em meio a uma paisagem sempre em desconstrução, não favorece que sua percepção e seus pensamentos sigam para o campo da imaginação, projetando-os para um futuro diferente daquele ao qual estão acostumados: feio, sujo e indesejável.

De forma geral, os catadores têm dificuldade de se projetar para um futuro diferente e melhor. Adiciona-se a isso a convivência rotineira com a discriminação e a marginalização; como Rodriguez (2002) aborda, falando a respeito do sofrimento experimentado com a rejeição social por seu contato permanente com o lixo, muitos são “confundidos” com os rejeitos. São vítimas do mais alto grau de exclusão e ficam relegados às zonas mais “selvagens” da cidade: as lixeiras, as ruas e os guetos, onde vendem seus produtos.

Frequentemente, esses setores não só estão à margem do sistema, mas são marginalizados ao serem responsabilizados pela sua própria exclusão, e por estarem na situação em que se encontram, por causa de sua instrução precária ou analfabetismo ou seus costumes primitivos.

Outro erro comum de interpretação é achar que esses setores estão impossibilitados e excluídos apenas do acesso ao consumo de bens. Mance (2005) afirma que cresce cotidianamente no mundo o número de excluídos, ao passo em que a concentração da riqueza é cada vez maior. Enquanto os 20% mais ricos da população mundial são responsáveis por 86,0% do total de gastos em consumo privado, os 20% mais pobres respondem apenas por 1,3%. São mais de um bilhão de pessoas privadas de satisfazer suas necessidades básicas de consumo. Porém, é um erro interpretar que é apenas do consumo que as pessoas estão excluídas. Esses erros de interpretação têm levado ao desenvolvimento de estratégias educativas “integradoras”, mas que resultam apenas em inclusão desses setores ao consumo dos bens materiais e culturais aos quais tinham acesso (BORDENAVE, 1994; SINGER, 2001; RODRIGUEZ, 2002).

A impossibilidade de acesso dos catadores não pode ser resumida ao aspecto do acesso ao consumo de bens, seu afastamento vai além do consumo e perpassa a possibilidade de participação nas decisões. Para Carrion (2003), a possibilidade de tomar decisões não quer dizer assumir um poder, mas ter, de alguma forma, uma proximidade com o poder, proximidade que se refere à participação em decisões de natureza técnica, organizacional e econômica.

O interesse das massas em participar nos processos decisórios tem se generalizado no Brasil nos últimos anos. A participação é o assunto do momento porque há um descontentamento geral do povo devido à sua

impossibilidade de participação sobre assuntos que dizem respeito a todos, mas que apenas poucos decidem (BORDENAVE, 1994).

A participação nas decisões pode ser considerada uma necessidade fundamental do ser humano, uma vez que lhe possibilita exprimir sua tendência inata de realizar, afirmar-se e dominar a natureza e o mundo, contemplando também necessidades importantes como a interação entre os indivíduos, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar as coisas, a valorização de si mesmo pelos outros.

Bordenave (1994) afirma que a participação proporciona um envolvimento do indivíduo com a causa, gerando um sentimento de pertencimento, produzindo, por sua vez, atitudes de solidariedade. Nesse sentido, a frustração decorrente da necessidade de participar constitui uma mutilação do homem social. A participação no processo decisório gera satisfação pessoal.

Esse mesmo autor afirma que a participação social é efetiva quando, como resultado da participação política, há uma correspondente participação nas decisões sobre os modos de produção, gestão e usufruto, com acesso universal, o que não ocorre na democracia liberal. No caso dos rituais eleitorais, por exemplo, a participação macrossocial é fictícia, pois os eleitores não

Economia solidária: um caminho ou desafio?

Para Singer (2001), nenhuma sociedade é isenta de competição ou de solidariedade, existe sempre um pouco de ambas, para que haja condições para a perpetuação da vida humana, ainda que uma se sobreponha à outra. Uma sociedade sem nenhum tipo de solidariedade, baseada unicamente na competição, pereceria em pouco tempo.

No sistema capitalista, as interações sociais acontecem de forma competitiva nas relações econômicas, políticas e lúdicas, e também de forma solidária nas relações familiares, de vizinhança, no trabalho, nos esportes. O equilíbrio competitivo pode ser obtido, no sistema capitalista, pela competição livre de oferta e demanda que regula naturalmente o mercado. Contudo, o uso do capital fixo por um pequeno grupo de empresas gigantes ou multiempresas transnacionais monopoliza a produção, a distribuição e a comunicação, manipula as leis de mercado, favorecendo uma pequena parcela da

possuem ou administram os meios de produção material e cultural. Sendo assim, a participação tem duas bases motivacionais complementares: a base afetiva, que gera prazer em fazer as coisas com outros, e a base instrumental, que torna mais eficaz e eficiente fazer as coisas com os outros do que sozinho.

Governos autoritários acreditavam que havia certa segurança no autoritarismo e que o povo se sentia aliviado por não ter de tomar decisões. Esse tipo de pensamento reforçou o cenário de competição feroz, que se instaurou entre os gigantes capitalistas no mercado financeiro e entre as gerências das empresas para maximizar lucros e minimizar custos. As decisões gerenciais não se preocuparam com a opinião, nem houve abertura para a participação dos operários. Criou-se um ambiente de competitividade feroz nas empresas, com objetivo de melhorar o desempenho conjunto, fomentando espírito de equipe, mas, ao mesmo tempo, ressaltando o desempenho individual, premiando com recompensas materiais ou morais (BORDENAVE, 1994).

Nesse ambiente capitalista, os indivíduos precisam adaptar-se a essa contradição: ser competitivo e individualista ou solidário, com “espírito de equipe”, de acordo com o que a situação exige. Singer (2001) afirma que há fortes indícios de que as atitudes competitivas tendem a prevalecer.

sociedade, forçando dezenas de milhões de consumidores a escolherem entre um número muito limitado de marcas que, em geral, oferecem produtos padronizados e com preços muito semelhantes (SINGER, 2001).

O que se observa na prática é a manipulação por parte de um pequeno grupo, que detém a posse do capital e conseqüentemente o poder, das leis de mercado em benefício próprio, sem a participação dos operários, em qualquer nível, nas decisões das empresas capitalistas. Como consequência, os operários menos preparados são excluídos das empresas.

Bordenave (1994) afirma que, se uma população apenas produz e não usufrui, ou usufrui mas não toma parte na gestão, não se sente integrante do processo. A inclusão e a participação nos processos decisórios não devem ter o contexto consumista, mas o de processo coletivo transformador, no sentido político, no

qual os setores marginalizados se incorporam à vida social por direito próprio, e não como convidados. Resulta assim a conquista da participação em todos os processos dos quais uma população faz parte, como o direito de decidir como produzir, distribuir, consumir, opinar na vida política e na criação cultural.

O objetivo final e ambicioso da participação é a “autogestão”, que representa uma relativa autonomia dos poderes do Estado e das classes dominantes, sem, contudo, caminhar para a anarquia, mas para o aumento da consciência política dos cidadãos.

O sistema atual de desenvolvimento não consegue absorver a totalidade da sociedade na produção de bens, excluindo alguns setores. É o que se observa em relação aos catadores de recicláveis que são relegados às margens do sistema produtivo formal, restando para eles unicamente a informalidade, e da informalidade as sobras, os restos, o lixo. Dedicam-se às atividades informais de subsistência, passam dias, meses e anos como desempregados, oferecendo seu trabalho, sem sucesso, na busca de ingressar no mercado formal, que para eles não existe.

Essa é a consequência do resultado lógico e natural desse modelo de desenvolvimento que é desigualmente repartido, provocando o superdesenvolvimento de uns, por meio do subdesenvolvimento de outros, ou seja, para que uns acumulem vastos patrimônios e riquezas, outros precisam ser explorados e sacrificados. Para concentrar o poder, a participação política da maioria da população precisa ser reduzida.

Santos (1996) acredita que a modernidade conseguiu resolver muitas questões que se propunha a resolver, mas outras ficaram sem respostas, agravando as discrepâncias sociais, tornando a distância entre ricos e pobres cada vez mais acentuada.

A globalização transformou os mercados mundiais e locais e causou vários efeitos que podem ser sentidos. É inegável o crescimento da produção com a abertura dos mercados, mas é inegável também o agravamento das desigualdades sociais em nível local e mundial, aumentando os setores que ficam na marginalidade desse crescimento sem precedentes.

A exclusão social é favorecida pelo desconhecimento das populações excluídas do que fazer para se evitá-la, ou rompê-la. Os movimentos sociais se mobilizam em

prol da inclusão e da participação de parte dessa população, propiciando o surgimento de empreendimentos baseados na solidariedade, no igualitarismo e na autogestão. Singer (2001) afirma que nas sociedades mais pobres, na percepção de fragilidade pela falta de segurança e esperança no futuro, as pessoas se tornam mais solidárias, na perspectiva de serem ajudadas quando tiverem necessidade (SINGER, 2001).

Como Singer (2001) afirma, nas organizações sociais e econômicas mantidas pelos pobres é compreensível que a lógica da solidariedade se sobressaia à competição social, com o fim de proporcionar a seus associados a possibilidade de participar do processo de produção negado pelo sistema capitalista, autoritário. No sistema capitalista, o único objetivo é o lucro, negando a participação da maior parcela da sociedade, mais pobre, que não possui capital para pagar por sua presença nas decisões de produção. O que caracteriza as empresas de economia solidária é a substituição do capital pela solidariedade e pelo autossacrifício.

No Brasil, assim como em outros países, as empresas de economia solidária são constituídas por indivíduos abandonados à própria sorte, excluídos socialmente, e que veem nessas empresas a possibilidade de participação social efetiva. Brito *et al.* (2008) observam que há alguns desafios nos empreendimentos solidários no que se refere à efetiva participação dos membros nos processos decisórios e em relação à viabilidade econômica da empresa.

As empresas de economia solidária propõem a organização e a promoção social de seus membros, mas têm a função de produzir bens e serviços dentro de certo grau relativo de eficiência financeira e econômica, assim como as empresas no sistema capitalista. Na dimensão política, a questão central se refere à circulação do poder como elemento condicionante do processo decisório e das ações administrativas dentro dessas entidades. O desafio seria, portanto, a propriedade de articular, dentro de uma mesma estrutura organizacional, estas duas dimensões — a política e a econômica — que conferem a tais organizações um caráter específico (BRITO *et al.*, 2008).

A questão da viabilidade econômica da empresa de economia solidária é que não existe um mercado diferenciado para que ela realize as suas transações mercantis. Apesar de sua forma diferenciada de ges-

tão, está sujeita às mesmas leis de mercado comuns às empresas privadas. O fato de serem solidárias não garante seu êxito. Para ultrapassar os tempos iniciais e permanecer em operação, é necessário muitas horas de dedicação, nem sempre remuneradas, e que os laços de solidariedade e confiança sejam firmados entre os associados.

Essa é uma das contradições na gestão dos empreendimentos solidários. De acordo com Brito *et al.* (2008), ao tentar se ajustar ao mercado, esses empreendimentos reproduzem as mesmas relações que se dão nos empreendimentos capitalistas, que competem em um mercado acirrado e precisam diminuir custos para aumentar a lucratividade, se descaracterizando como proposta concreta de superação das contradições e dos problemas sociais.

Valentim (2006) observa que, mesmo organizados em um empreendimento solidário, há o risco da manutenção de seus membros sob um regime de exclusão, visto que em muitos casos esses postos de trabalho são viáveis apenas se combinados com salários muito baixos.

Hellwig e Carrion (2007) também apontaram o problema na implantação dos processos democráticos participativos nos empreendimentos solidários, no que se refere à divisão entre o trabalho manual de produção e o de gestão, mais intelectual. Isso acontece porque os que produzem não se sentem preparados para se encarregar da gestão. A qualificação dos trabalhadores na esfera técnica, administrativa e gerencial é um desafio para a gestão democrática e participativa.

Outro desafio é a construção de uma nova percepção do ambiente de trabalho, diferente do ambiente marcado pela competição e pelo individualismo que habita o imaginário coletivo. Precisam ser estabelecidas novas relações entre capital e trabalho, baseadas na solidariedade. A dificuldade reside em construir uma nova ética baseada na cooperação, em uma empresa que está sujeita às mesmas leis de mercado, muitas vezes, selvagem e cruel (HELLWIG; CARRION, 2007).

Lixo, um problema mundial

A explosão demográfica tem sido um dos principais fatores das mudanças em nosso planeta. Um crescimento tão explosivo, aliado a um modelo de desenvolvimento não sustentável, tem causado

Por isso, a confiança entre os integrantes é de vital importância para superar a competição e o individualismo. Valentim (2006) afirma que a confiança possui relevância ímpar, pois tende a melhorar o desempenho da organização. A confiança, segundo Carrion (2003), gera atitudes pessoais levando em conta as ações futuras de outros, incertas, como se fossem certas em determinadas circunstâncias.

Uma possibilidade de atenuar o problema da participação efetiva dos membros de uma empresa, bem como incrementar a confiança entre os participantes, é a capacidade de articular seus interesses e objetivos, estabelecendo uma relação interna de forças sociais entre os grupos e as coalizões dentro do empreendimento (ALENCAR, 1997).

A participação em grupos oferece aos indivíduos a oportunidade de se tornarem políticos na busca de seus objetivos, com a possibilidade de influência até mesmo na estrutura organizacional. Os grupos de interesse imprimem esforços políticos, convencendo outros integrantes, fazendo coalizões ou resistindo às decisões tomadas.

Para ser bem-sucedido em seus objetivos, Brito *et al.* (2008) afirmam que o grupo, ou a coalizão, precisa eleger um líder qualificado e dinâmico para orientar, mobilizar e mediar os conflitos existentes. Muitas vezes, a escolha do líder é determinada pela existência, ou não, da confiança do grupo em relação a ele.

Outros fatores que podem influenciar as relações de poder dentro dos grupos são a escassez de recursos e a tentativa de controle dos recursos considerados críticos, que facilitaria o exercício do poder, permitindo influenciar no processo decisório. Entre esses recursos, podem ser citados dinheiro, prestígio, legitimidade, informações, conhecimento e capacidade de lidar com incertezas. A comunicação, formal ou informal, pode ser determinante para o sucesso dos grupos na manutenção do poder e no controle e na influência sobre os demais integrantes (VALENTIM, 2006).

sérios danos à água, ao ar, ao solo e aos recursos energéticos. Entre os problemas contemporâneos causados pelo aumento demográfico, um dos mais graves é o lixo (HESS, 1998).

O reaproveitamento e a reciclagem se tornaram mais relevantes após a Segunda Guerra, quando muitos países se viram em destroços, sem moradia, sem alimento, e seus habitantes, no espírito de sobrevivência, adotaram a reutilização ou a transformação de materiais (HEIDEN, 2008). A reciclagem se tornou de grande importância por dois grandes motivos, o primeiro é a conservação do meio ambiente. Não desperdiçando materiais, evita-se a poluição do solo, da água e do ar. Reciclar materiais descartáveis é evitar retirar mais recursos naturais por vezes não renováveis, como o petróleo. O segundo motivo é o custo da produção de matérias-primas e de energia, fornecidas pela natureza. Pode-se citar o exemplo do alumínio na sua produção a partir da bauxita, visto que mais da metade dos custos provém do uso da eletricidade. Reciclando latinhas, economiza-se 95% da energia elétrica gasta com o minério (FARIA, 2010).

O volume dos resíduos gerados diariamente no Brasil é outra questão a ser discutida. São produzidas aproximadamente 230 mil t de lixo por dia, e cada brasileiro gera, em média, de 700 g a 1 kg de lixo por dia. Todo esse volume, quando descartado em lixões, se acumula e contamina o meio ambiente. Como solução, Lacerda (2006) acredita que se deve diminuir a geração de resíduos, além de incentivar a reutilização e a reciclagem dos materiais em desuso, para que os lixões e aterros sanitários tenham maior tempo de vida útil. O aterro sanitário é uma técnica ambientalmente segura para dispor os resíduos.

Com o crescente interesse popular pela conservação do meio ambiente, sendo para isso necessário um desenvolvimento sustentável, os governos passaram a realizar uma série de eventos na tentativa de acordo sobre quais seriam essas mudanças. O Protocolo de Quioto foi estabelecido como consequência de uma série de eventos iniciados com a *Toronto Conference on the Changing Atmosphere*, no Canadá (outubro de 1988), seguida pelo *IPCC's First Assessment Report em Sundsvall*, na Suécia (agosto de 1990) e pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (CQNUMC, ou UNFCCC em inglês).

O Protocolo de Quioto é um tratado internacional com compromissos mais rígidos para a redução da emissão dos gases que agravam o efeito estufa. Discutido e negociado em Quioto, no Japão, em 1997, foi aberto para assinaturas em 11 de dezembro de 1997 e ratificado

em 15 de março de 1999, tendo poucos países ausentes, ou contrários a ele, com metas estabelecidas que cada nação, conforme suas condições geográficas, econômicas e políticas, deveria cumprir (ECO-92, 1992).

No Brasil, o movimento cresceu mais a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992. Em 2 de agosto de 2010, no Brasil, foi instituída a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305 (BRASIL, 2010).

A política estabelece os princípios do poluidor-pagador e do protetor-recebido, da prevenção e da precaução. De acordo com Faria (2011), a lei determina diretrizes para o setor empresarial e os demais segmentos da sociedade para a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. Os setores passam a ter obrigações que abrangem, entre outras determinações, o recolhimento dos produtos e dos resíduos remanescentes, após o consumo, e a destinação final ambientalmente adequada, de forma independente do serviço público.

A lei incentiva a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, municipal, estadual e federal, na gestão dos resíduos, para que a visão sistêmica considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública, e o desenvolvimento sustentável. Além disso, incentiva acordos setoriais e termos de compromisso entre o poder público e o setor empresarial, com a inclusão dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, tanto na logística reversa quanto na coleta seletiva, reconhecendo os resíduos sólidos como um bem econômico e de valor social (FARIA, 2011).

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) estabeleceu o prazo para a extinção dos lixões a céu aberto para o ano de 2014. As prefeituras buscam estender esse prazo, visto que nada, ou muito pouco, se fez para resolver o problema dos lixões. O governo federal sancionou a lei, mas não destinou os recursos necessários para a implementação dos aterros sanitários. As prefeituras se justificam dizendo que seus poucos recursos não são suficientes para implementar um projeto de tamanho vulto.

Enquanto isso, o problema continua inalterado na maioria das cidades, salvo algumas exceções onde já existem programas de coleta seletiva, parcial ou total, ou projetos-piloto na tentativa de implantar a coleta seletiva, como foi o caso da cidade de Aquidauana, Mato Grosso do Sul.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJETO-PILOTO DE COLETA SELETIVA EM AQUIDAUANA

Durante o período de maio de 2011 a junho de 2013, foi desenvolvido um projeto-piloto de coleta seletiva na cidade de Aquidauana, Estado do Mato Grosso do Sul, com o objetivo de organizar os catadores que atuavam de forma autônoma na região central da cidade em um empreendimento em regime de economia solidária. A cidade de Aquidauana possui uma população de 45,6 mil habitantes (IBGE, 2010), está situada a 139 km da capital e tem como principais atividades: indústria, serviços e agropecuária, que são a base da sua economia.

Catadores e a exclusão social em Aquidauana

Conforme dados do projeto, foram cadastrados 33 catadores (homens e mulheres); desses, 15 (44,4%) estavam trabalhando ativamente na catação do lixo, sendo essa sua única renda; 10 pessoas (30,5%) realizavam a catação como atividade complementar de renda; e 8 pessoas (25,0%) eram catadores, porém não estavam realizando a catação por algum motivo, tendo como fonte de renda apenas algum programa do governo para famílias mais humildes, mas declaravam que gostariam de voltar à atividade, caso houvesse melhoria das condições de trabalho e renda na atividade.

Os catadores de materiais recicláveis de Aquidauana são, em sua maioria, pantaneiros, alguns de origem indígena. Alguns são ex-funcionários de fazendas do Pantanal que se encontram desempregados e optaram pela atividade de catação por falta de emprego formal e por não possuírem nenhuma outra qualificação, não restando muitas opções. Muitos trabalham por mais de 10 horas e percorrem mais de 12 km/dia, chegando a ganhar entre R\$ 5,00 e R\$ 15,00 por dia. Alguns catadores realizam outro trabalho informal concomitante ao de catação, como a limpeza de terrenos, para aumentar a renda.

No início do projeto, nos meses de maio a junho de 2011, 33 catadores que trabalhavam individualmente no centro da cidade foram cadastrados e, em seguida, foram realizadas visitas às suas residências, para uma entrevista, na qual se verificou a renda e as condições de vida, oportunidade que também serviu para coletar informações para analisar a percepção de sua condição atual e suas perspectivas futuras, bem como convidá-los a fazer parte do projeto.

A cidade possui um aterro sanitário, inaugurado em 2004, mas não cumpriu as normas técnicas legais, como a localização próxima à bacia hidrográfica do córrego João Dias, o tamanho adequado da área, bem como a impermeabilização correta, desencadeando outros problemas de ordem social e ambiental. Atualmente funciona como lixão, sendo coberto por camada de terra regularmente, sem nenhum tipo de triagem ou tratamento dos resíduos.

Durante a entrevista, ficou evidente que a maioria dos catadores utilizava suas residências como depósito para os recicláveis, enquanto a quantidade era insuficiente para vender ao atravessador. Os materiais considerados “nobres”, como móveis velhos (fogões, armários, geladeiras), também ficavam nos quintais aguardando um comprador interessado, com os reciclados sem comércio em determinado momento (caixas de leite, papel branco, livros, entre outros).

Tanto os catadores como suas famílias, incluindo as crianças, ficavam em contato direto com os resíduos, sem nenhum tipo de equipamento de segurança ou proteção, sem contar os riscos de contrair doenças e de ocorrerem acidentes com materiais cortantes ou com os animais e vetores misturados ao lixo.

Nas visitas, verificou-se que a maioria não possuía energia elétrica. Apesar de ter a rede de energia nas suas residências, ela estava desligada por falta de recursos financeiros para pagar por ela. A maioria das residências possui tanto o fogão a gás como um botijão, mas também não possuía recursos financeiros para pagar pelo gás e para cozinhar os alimentos, improvisando um fogareiro a lenha.

As casas eram modestas, em sua maioria, sem piso, de chão batido, e em algumas não havia água encanada. Entre as mulheres cadastradas, três catadoras tinham filhos pequenos, que as acompanhavam no trabalho de catação pela cidade e também de separação dos resíduos nos depósitos. Ao serem questionadas sobre isso, disseram que não conseguiam vagas nas creches locais, para deixar os filhos em

segurança, e por isso eles acabavam acompanhando as mães.

Durante a entrevista, quando perguntado aos catadores qual a importância do trabalho que eles realizavam, a maioria disse que nenhuma. Eles não conseguiam ver o importante papel que realizavam. A maioria dos catadores não percebe nenhuma positividade vinda do lixo. Apenas três trabalhadores disseram que seu trabalho era importante porque recolhiam aquilo que ninguém mais queria, mas que alguém precisava dar um destino para os resíduos e eles faziam esse papel.

Quando perguntado aos catadores sobre sua perspectiva de futuro, a maioria disse que não tinha perspectivas, porque trabalhar com o lixo era “aquilo mesmo” e que já estavam acostumados, porque nada mudaria, alguns ainda citaram que “só se a prefeitura ajudasse”.

O trabalho realizado pelos catadores era de vital importância para a cidade; sem ele, a quantidade de resíduos que a cidade coletava em 2011, 25 t por dia, de acordo com o gerente da Secretaria de Meio Ambiente da cidade, seria ainda maior.

Pádua (2013) afirma que as pessoas percebem o mundo a partir das suas vivências e do contato com as coisas próximas a elas, assim, compreendem seus espaços e o transformam em seu lugar. A vivência diária dos catadores com o lixo e a falta de perspectiva dificultam sua imaginação para além do lixo e a percepção da importância que o seu trabalho representa para a cidade.

Vale lembrar, como foi dito por Bordenave (1994) e Singer (2001), que frequentemente esses trabalhadores são responsabilizados pela sua própria exclusão, por causa de sua instrução precária ou pelo analfabetismo e por entenderem que não possuem nenhuma outra capacitação para qualquer outra atividade produtiva, o que nem sempre corresponde à verdade. O que se vê é a incapacidade do sistema capitalista absorver o contingente de trabalhadores, que acaba selecionando

aqueles que se encontram mais qualificados. A maioria desses trabalhadores possui aptidão para atividades agrícolas, mas falta o capital para investir em qualquer tipo de atividade que não a de catador, que não exige nenhum tipo de investimento inicial.

Na cidade de Aquidauana já existia uma associação de catadores, que foi formalizada em 2004, denominada Associação de Separadores de Recicláveis (ASSEPAR). No início, contou como apoio e capacitação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), porém, com os conflitos internos e desinteresse dos próprios catadores, o projeto terminou em 2006.

Quando o projeto-piloto de coleta seletiva se iniciou, em 2011, a associação estava com suas atividades praticamente paralisadas, contando com apenas quatro associados ativos e o presidente. Três associados coletavam recicláveis em algumas residências no município e vendiam o material ao presidente, que atuava como atravessador. A renda média desses associados era de R\$ 60,00 por mês. O quarto associado era contratado pelo presidente, para prensar o material comprado dos outros sócios e o papelão que a associação recebia como doação de um supermercado local. Pelo serviço de prensa, recebia R\$ 5,00 por fardo prensado, sendo que a renda média mensal era de R\$ 30,00. A comercialização dos materiais é realizada, informalmente, não pela associação, mas em nome do próprio residente.

O diagnóstico da associação evidencia que, apesar de ser um empreendimento legalmente constituído nos princípios solidários, atua como uma empresa capitalista, tendo no presidente a figura do patrão. Ele estabelece as relações de trabalho e determina o valor a ser pago por atividade desenvolvida; ainda que a matéria-prima seja fruto de doações para a associação, dela se apropria sem questionamentos por parte dos catadores. A participação dos catadores é inexistente e, talvez por isso, não há estímulo para continuar na associação, restando apenas 4 dos 60 catadores do início da associação, em 2004.

A economia solidária, uma possibilidade de mudança?

Os catadores cadastrados foram convidados a participar de três reuniões para a apresentação do projeto. Nas reuniões, foram expostas as vantagens do trabalho cooperativo, como a força para barganhar melhores preços, maior quantidade de materiais coletados

e possibilidade de enviar para lugares que ofereciam maiores lucros, entre outros. Foram apresentados os princípios para a implantação do empreendimento de economia solidária, que exigia comprometimento dos associados.

De acordo com Singer (2001), nas sociedades mais pobres, a solidariedade é mais difundida. Apesar de o individualismo ser uma tônica entre os catadores, que disputam os poucos recursos entre si, no momento em que foi apresentado o projeto foi possível observar que se sobressaiu o princípio de solidariedade, pois 33 catadores aderiram ao plano.

Com a implantação do projeto, foi formalizada uma parceria com a ASSEPAR, e os catadores autônomos passaram a incorporar a associação, que passou a ser a sede do projeto, na qual foram realizadas todas as atividades de separação, prensa e estocagem dos fardos de reciclados. Com o objetivo de se tornar um empreendimento de economia solidária, iniciou-se a capacitação dos associados, com a realização de oficinas de formação, conforme pode ser observado na Figura 1. Paralelamente à etapa de organização do trabalho e do espaço físico, aconteceram as oficinas sobre cooperativismo, economia solidária, resgate da autoestima e autogestão. As oficinas aconteceram durante cinco meses, toda

semana, às quartas-feiras, no período de junho a outubro de 2011.

Nas oficinas de formação, foram tratados temas como: importância do reaproveitamento e do trabalho dos catadores para a cidade e para o meio ambiente, com o objetivo de mostrar como o trabalho que desenvolvem é importante, pois diminui a quantidade de resíduos depositados nos aterros sanitários ou lixões. Mesmo que se sintam discriminados pela sociedade, quando confundidos com a matéria prima que trabalham, sendo sempre mantidos a distância, seu trabalho tem grande valor para a própria sociedade que os discrimina.

Questões de gênero também foram tema nas oficinas, mostrando que no sistema cooperativista cada pessoa representava um voto, todos eram iguais e tinham o mesmo peso. Até mesmo entre eles havia discriminação contra as mulheres, por causa das diferenças físicas e da impossibilidade da mulher despendar o mesmo



Figura 1 – Imagem das senhoras Maria das Dores e Maria Santos, durante a oficina de construção do conceito de solidariedade com os catadores, em junho de 2015, na sede da Associação de Separadores de Recicláveis (ASSEPAR), em Aquidauana, Mato Grosso do Sul.

esforço físico. Foi necessário mostrar que a mulher, apesar de ter menor força física, tem um raciocínio holístico e é multitarefas, diferente do homem.

Tuan (1975), ao estruturar suas ideias, costumava tratar os temas combinando-os ou comparando-os de forma binária. Utilizou-se essa estrutura para simplificar e proporcionar aos catadores a introspecção de conceitos básicos, mas ainda desconhecidos, como, por exemplo, individualismo e associativismo, ou economia solidária e capitalismo.

Os próprios catadores construíam o conceito de cada uma das palavras e do tema, identificando o que era melhor para o grupo. O objetivo nessas oficinas foi promover a participação de todos, estimulando e valorizando cada ideia. Por meio dessa atividade, os catadores começaram e exercitar a participação.

Além disso, a atividade promoveu: a percepção da possibilidade de valorização social do trabalho humano; a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica; o reconhecimento do lugar fundamental do homem em uma economia fundada na solidariedade; a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza; e os valores da cooperação e da solidariedade.

Foram utilizadas como ferramentas nas oficinas: teatro, jogos, brincadeiras e artesanato, produzidos de mate-

riais reciclados, envolvendo os catadores e sua família, o que favoreceu, tanto aos catadores como às suas famílias, o perceber-se em outras realidades, diferentes do seu cotidiano em meio ao lixo, ao feio, ao rejeito, possibilitando o despertar da criatividade.

As mãos calejadas e as juntas endurecidas pelo tempo, pelo manuseio do lixo e pelo esforço despendido para as atividades de catação, separação e prensagem representam uma das dificuldades enfrentadas pelos catadores para manusear delicadamente os materiais para criar um artesanato. Contudo, o resultado das expressões de contentamento, ao olhar para um objeto que era apenas lixo, feio e sujo, quando transformado em um objeto útil, bonito e até desejável, mostrou que valeu a pena o esforço, mesmo que o artesanato não seja tão apreciável esteticamente.

Tuan (1975) fala sobre a capacidade humana de se perceber separado das coisas, o que permite que o homem entre no campo da imaginação, projetando-se para o futuro, de acordo com as vivências de cada indivíduo. A vida difícil e misturada ao lixo, dos catadores, dificulta o despertar do imaginário para uma expectativa de vida diferente, por isso é tão importante proporcionar um ambiente de criatividade, para estimulá-lo a perceber a possibilidade de transformar coisas feias, sem valor, em coisas belas e úteis, até mesmo de mudar a própria vida, por meio da cooperação e da solidariedade.

Alguns resultados gerados pelas mudanças implantadas

Alguns resultados positivos foram percebidos logo após a implantação do projeto; com as mudanças na sede da associação, o espaço interno foi reorganizado para otimizar o aproveitamento do terreno. Os catadores foram treinados para realizar a triagem dos reciclados de acordo com a exigência dos depósitos, para valorização dos materiais, que por falta de triagem mais criteriosa perdiam valor na venda.

Com o início da coleta seletiva, foram feitas a divisão do trabalho e a implantação de controles de horas trabalhadas, de entrada, saída e venda de materiais, além disso, os catadores passaram a utilizar uniforme. Uma refeição diária passou a ser fornecida na associação, pois muitos deles se alimentavam apenas vez em casa. A tração humana foi substituída por coleta motorizada, com o auxílio de um caminhão disponibi-

lizado pela prefeitura, que arcou com as despesas do veículo (combustível e pessoal, motoristas e coletores). Entretanto, outras prioridades na gestão pública realocaram o veículo para outras tarefas, depois de seis meses de atividades da associação, obrigando os catadores a realizarem a coleta por tração humana por quatro meses.

A renda média dos catadores antes do projeto era de R\$ 30 a R\$ 60 mensais, mas apenas 4 trabalhadores estavam ativos na associação. Com o início do projeto, a renda média passou para R\$ 250 mensais, nos dois primeiros meses do projeto, para uma média de 20 catadores ativos na associação. No semestre seguinte, a renda média foi de R\$ 100 a R\$ 150 mensais para uma média de 20 catadores ativos na associação.

Alguns problemas, como a mudança da sede do projeto e a falta de prensa e de caminhão para a coleta seletiva, forçaram a paralisação das vendas por quatro meses, mas a coleta continuou a ser realizada com tração humana pelos catadores. Nesse período, a renda e o número de catadores diminuíram, porém, com a situação regularizada, em uma nova sede, com a instalação de outra prensa e o patrocínio de outro parceiro para seção de veículo para realização da coleta, no ano de 2012, a renda média saltou para R\$ 350,00 mensais nos dois primeiros trimestres e para R\$ 450,00 no segundo trimestre, beneficiando uma média de 12 catadores. O Gráfico 1 mostra a renda média trimestral dos catadores de maio de 2011 a janeiro 2013, bem como a quantidade de catadores beneficiados em cada período.

O projeto, além de ter beneficiado as famílias de catadores com a melhoria da renda, gerou benefícios para a conservação do Pantanal, tendo em vista a localização geográfica de Aquidauana e a proximidade com esse frágil e importante ecossistema. Todas as ações antrópicas na região têm influência direta no bioma pantaneiro. Muitas vezes, todo o lixo produzido na ci-

dade acaba sendo levado pelas enxurradas para as bacias hidrográficas do Rio Aquidauana e do Córrego João Dias, sendo transportado por quilômetros para dentro da vegetação pantaneira, causando diversos impactos para a biodiversidade ali existente.

No período de maio de 2011 a janeiro de 2013, deixaram de ser depositadas mais de 85 t de materiais reciclados no lixão de Aquidauana. Esses resíduos foram coletados nas residências e no comércio da cidade, e depois separados, prensados e vendidos, gerando renda para os catadores. No Gráfico 2 podemos observar a quantidade de resíduos coletados, no período de junho de 2011 a janeiro de 2013.

Foram firmadas diversas parcerias para a execução do projeto-piloto de coleta seletiva, como a Prefeitura Municipal de Aquidauana, que disponibilizou um caminhão, um motorista e dois funcionários para a coleta dos reciclados nas residências. Outras dez empresas comerciais da cidade firmaram parceria para a doação de todos os resíduos produzidos para a associação dos catadores, gerando um incremento de 60% na quantidade de material coletado.

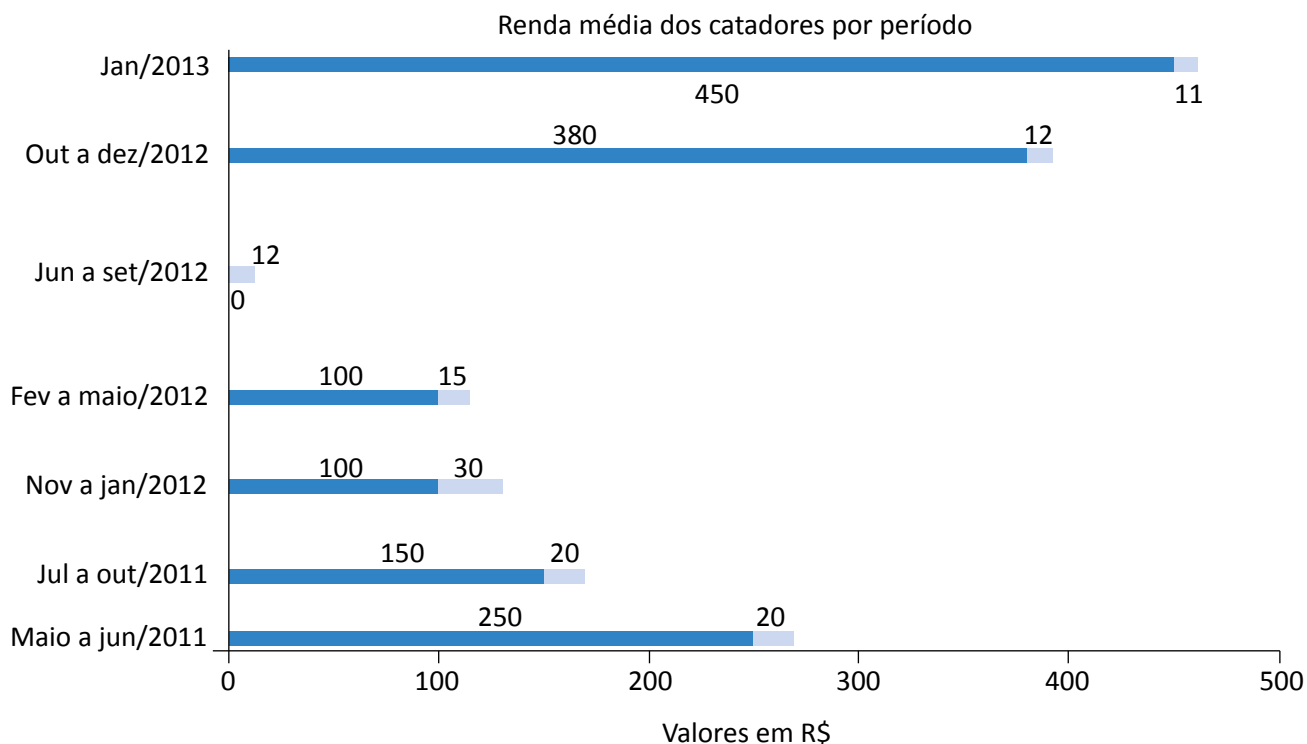


Gráfico 1 – Renda média dos catadores por trimestre, de maio de 2011 a janeiro de 2013.

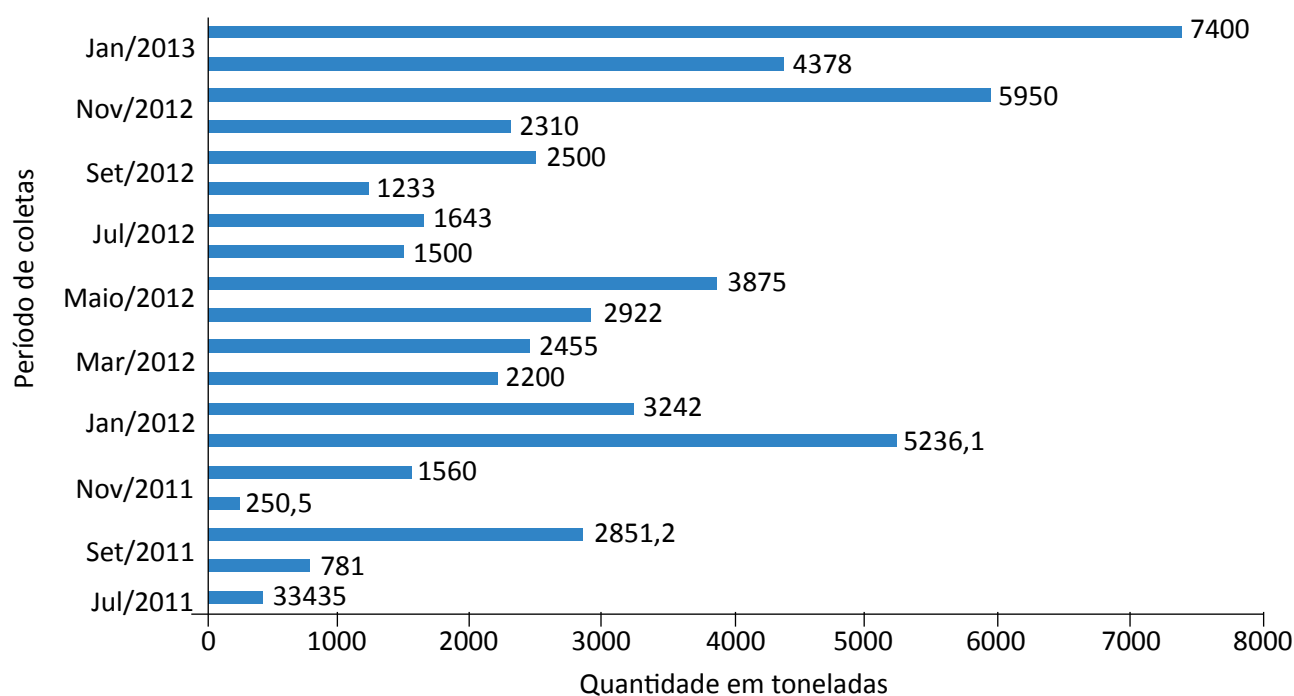


Gráfico 2 – Quantidade de resíduos coletados mensalmente no período de julho de 2011 a janeiro de 2013.

Conflitos internos e disputa de poder na organização dos catadores em Aquidauana

Vários são os desafios para o estabelecimento de um processo participativo de autogestão na organização dos catadores. O estudo da percepção ambiental aponta vários fatores que influenciam e motivam os indivíduos na tomada de decisões, mas, para efeitos deste estudo, passaremos a analisar apenas a questão relacionada à participação, à confiança, ao estabelecimento de forças internas e à figura do líder como fatores determinantes e limitantes na implantação da autogestão do projeto-piloto de coleta seletiva na cidade de Aquidauana.

A coleta seletiva foi implantada primeiro no bairro Santa Terezinha, escolhido devido à sua densidade populacional. Localizado na periferia de Aquidauana, mostrou-se insuficiente para gerar renda para todos os catadores cadastrados. Percebeu-se que seria imprescindível ampliar a coleta seletiva para a região central da cidade. Além disso, foram firmadas parcerias com as empresas comerciais da cidade, para a doação de todos os resíduos para a associação, o que aumentou a quantidade e a qualidade dos resíduos.

Apesar das medidas adotadas para aumentar a renda média dos catadores, e de o rendimento ser maior depois do projeto já implantado do que a média anterior ao plano, foi insuficiente para manter muitos catadores na associação, pois eles decidiam abandonar a associação, por considerarem que individualmente poderiam gerar renda maior, além de poder fazer outros serviços, como a limpeza de terreno, por exemplo.

A rotatividade foi um dos maiores entraves para a sustentabilidade do projeto em longo prazo. Mesmo mantendo um número de catadores entre 10 e 15 pessoas, os novos participantes precisavam ser capacitados, porém a necessidade de aumentar a produtividade não possibilitava a formação dos novos participantes na mesma velocidade com que a rotatividade acontecia.

Hellwig e Carrion (2007) afirmam que o elevado índice de rotatividade é outra barreira que se interpõe no processo participativo, o que, de certa forma, constitui um empecilho para a criação de um vínculo significativo não só com a associação, mas também com os de-

mais membros, dificultando o estabelecimento de uma relação de confiança entre os trabalhadores e impossibilitando que a capacitação seja eficaz. Os catadores, quando trabalham em coletividade, querem apenas coletar, porque entendem que separar e prensar o material não faz parte do seu trabalho, tampouco a preocupação com uma boa separação. Segundo os autores:

Há também um sentimento de não pertencer à associação como membro, com direitos e deveres, mas sim como trabalhadores que executam tarefas específicas. Essa percepção permite a representação de que se cada um fizer a “sua parte”, ou seja, desempenhar adequadamente sua função, a unidade de triagem vai funcionar sem nenhum problema e eles poderão ter o retorno financeiro esperado para seu sustento. Isso nos leva a concluir que os associados não percebem a unidade de triagem como uma organização de convivência e construção de cidadania, mas como uma forma de subsistência. Ou seja, não se vê a associação como um empreendimento social, mas, numa visão restrita, como uma atividade de geração de trabalho e renda. (HELLWIG; CARRION, 2007, p. 8)

Esse mesmo tipo de sentimento de não pertencimento foi observado durante o processo de desenvolvimento do projeto. Na fase inicial, quando foram indagados se já conheciam o sistema cooperativo de economia solidária, a maioria disse já ter ouvido falar, mas não sabia exatamente como funcionava. Mesmo depois de esclarecidos sobre como era um empreendimento de base solidária, a maioria se mostrou descrente no sucesso do empreendimento sendo administrado pelos próprios catadores.

Os catadores são acostumados a trabalhar de forma independente, solitários, competindo por recursos limitados; por isso, outro catador não é visto como companheiro de trabalho, mas como concorrente. Durante as oficinas de formação, um dos objetivos foi mostrar as vantagens do trabalho cooperativo, contudo a rotatividade causou fragmentação na formação e na fase final da formação.

Na fase final das oficinas de formação, quando foram trabalhados os temas “mudar ou continuar” e “eu na associação”, começaram a surgir conflitos mais intensos entre os catadores e a diretoria da associação, por causa das mudanças necessárias para a sustentabilidade do projeto e o novo modelo solidário. A diretoria, percebendo que perderia seus privilégios e que não poderia mais explorar a mão de obra dos catadores, visto que a

administração da associação, à época, não conseguiria manter os associados e não conseguiria promover crescimento, começou a criar um grupo de poder paralelo.

Aproveitando-se da confiança, da empatia e da comunicação dos catadores, a diretoria da associação buscou a adesão dos trabalhadores, fora do período em que estavam na associação, para convencê-los de que a melhor opção era continuar como estavam antes, visto que já estavam acostumados. Os membros da diretoria usou da empatia com os catadores e diziam aos demais associados que realmente sabiam das suas dificuldades, pois eram catadores também, e por isso sabiam cuidar e decidir da melhor forma por eles.

Para os participantes, a decisão ficou muito difícil, pois a mudança representava o novo e o desconhecido, e continuar da mesma forma representava a familiaridade que poderia ser traduzida na frase: “tá ruim, mas tá bom”, que uma das catadoras disse. Uma vida de exploração deixa marcas e não é fácil para esses trabalhadores entenderem o trabalho cooperativo e solidário.

Surgiram então dois grupos disputando o poder: a diretoria, apoiada pelos novos participantes que ainda não tinham sido formados nos princípios da economia solidária, e por isso facilmente manipulados; e o grupo mais consciente, que queria mudanças. Desse conflito resultou a mudança da sede do projeto para outro local e a ruptura da parceria com a ASSEPAR, que foi apropriada pelos antigos diretores e metade do número dos catadores.

A outra metade dos catadores foi para um novo local. No período de adaptação, a renda média caiu, porque a estrutura física e logística foi prejudicada, mas as perspectivas de melhorias futuras possibilitaram a permanência dos catadores nesse período. Romper as antigas estruturas mentais e a percepção ambiental exige um longo tempo.

Para Tuan (1975, p. 6), há muita ambiguidade na formação do pensamento humano:

[...] as pessoas não são máquinas de calcular, os seus desejos e atos, até mesmo as suas conclusões teóricas, são sempre confusas, causadas pelo resultado de três conjuntos principais de fatos ou condições: o meio ambiente complexo e repleto de estímulos; a busca da mente, pelos valores específicos situados no futuro; e a tendência à polarização dos sentimentos e ideias primitivas.

A mudança precisa ser vivenciada de diferentes formas, até que as novas estruturas mentais substituam as antigas, desde que as mudanças sejam consideradas superiores aos resultados antigos e algum tipo de vantagem possa ser percebido.

Um dos maiores desafios na organização dos catadores na cidade de Aquidauana ocorreu durante a etapa de qualificação técnica dos participantes. O baixo nível de escolaridade foi uma barreira para a compreensão de cálculos, como soma das horas trabalhadas ou a divisão dos recursos de forma equitativa, por exemplo.

Quando trabalha de forma independente, o catador coleta nas ruas, entrega o material para o atravessador — o dono do depósito —, recebe pelo material e volta para coletar, sem se preocupar em calcular nada. A autogestão não é um instrumento simples, pois exige elevado grau de envolvimento e conhecimento do processo, bem como o desenvolvimento de consciência crítica.

Na sua rotina de trabalho, os catadores aprenderam a priorizar a arrecadação de bens materiais escassos, em detrimento do bem-estar coletivo. Por isso a dificuldade de inserção na vivência associativista, como membros ativos, participativos e comprometidos com o trabalho e o futuro da instituição, que, aliás, carece

de compreensão. A baixa autoestima e a dificuldade de assumir responsabilidades e se adequar a regras são obstáculos para a participação política e social dos catadores. A formação dos catadores como cidadãos pelos motivos expostos é extremamente difícil, o que reforça a crença de que existem limites nos discursos democráticos.

O desafio aponta para a dificuldade interna em romper com a divisão do trabalho manual e intelectual e entre produção e gestão, na implementação de processos participativos nesses empreendimentos, já que aparecem hierarquias e privilégios nas relações entre os trabalhadores dos empreendimentos solidários.

Carrion (2003, p. 2) defende que “a autonomia é uma construção que vai além da posse dos meios de produção e da distribuição equitativa dos resultados”. A autonomia, na visão desses autores, exige também a qualificação dos trabalhadores tanto na esfera técnica como na administrativa e gerencial. A autogestão vai exigir a construção coletiva de uma nova ética do trabalho e de relações entre capital e trabalho, estruturadas em um modelo distinto daquele que habita o imaginário coletivo, que é marcado pela competição e pelo individualismo, em um sistema econômico de natureza capitalista como o nosso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de caso deste projeto-piloto de coleta seletiva na cidade de Aquidauana, Mato Grosso do Sul, demonstrou que a organização social dos catadores de recicláveis gerou diversos benefícios para os participantes, já a partir do início do projeto, tais como o aumento de mais de 100% da renda média, a melhoria da qualidade de vida e das condições de trabalho dos associados, e a garantia do direito de participação dos trabalhadores nas decisões do empreendimento.

Outros resultados obtidos foram: o aumento do faturamento da associação, que permitiu o aumento do número de catadores beneficiados; a melhoria da estrutura física e da organização interna do trabalho; e a diminuição dos riscos de acidentes e contaminação dos trabalhadores com o uso de equipamento de proteção individual (EPI). Houve participação da população e dos comerciantes locais no processo de separação do lixo e na destinação correta.

A cidade ficou mais limpa, pois a população dos bairros participantes do projeto, mais consciente dos problemas ambientais ocasionados pelos resíduos sólidos, passou a fazer o descarte de forma correta. A quantidade de resíduos descartados no lixão diminuiu, pois durante o projeto foram coletadas mais de 85 t de materiais recicláveis; e a melhoria dos processos de triagem dos reciclados fez com que eles tivessem um valor agregado.

Nas oficinas de formação em economia solidária, os catadores puderam experimentar ter voz e opinião, e valorizar sua participação nos processos decisórios. O processo de construção da participação possibilitou a melhoria da autoimagem dos catadores.

A diretoria da associação preferia não ter as mudanças na gestão, pois atuava como uma empresa privada, utilizando seu poder de liderança, persuasão e comunicação informal, influenciando parte dos trabalhadores; e

decidiu continuar com o modelo autocrático de gestão e baixo comprometimento dos associados.

Para os catadores, o trabalho é vivenciado como um meio de sobrevivência como outro qualquer. Já as relações entre os trabalhadores são pautadas pela desconfiança e pela competição, fatores que podem estar na origem do volume excessivo de trabalho e do baixo índice de produtividade constatados. Entre as conclusões deste estudo está o reconhecimento da complexidade em reconstruir o laço social. A solidariedade, apesar de existente, é suprimida pelo individualismo e pela competição pelo poder.

Todos esses resultados positivos, no entanto, não foram suficientes para diminuir a rotatividade dos catadores no empreendimento. A resistência a mudanças e o curto espaço de tempo de permanência dos catadores na associação não possibilitaram a percepção das mudanças como positivas. Após sair e voltar às condições anteriores de trabalho, não tiveram tempo hábil para retornar ao projeto, visto que o curto período de tempo de desenvolvimento do projeto-piloto, três anos, não permitiu que os trabalhadores tivessem tempo e vivência suficientes para perceber como as mudanças, apesar de drásticas e árduas, resultavam em muito mais benefícios do que a situação anterior.

O ideal para o projeto seria a implantação, pelo governo municipal, de um programa permanente de coleta seletiva na cidade, aproveitando o período de execução do projeto-piloto. Entretanto, a prefeitura municipal participou ativamente do projeto-piloto por apenas seis meses.

Outro fator contributivo para a rotatividade dos catadores na associação pode ser o recebimento de algum auxílio do governo, como Bolsa Família, Vale Renda, entre outros. Tais auxílios são percebidos pelos catadores como uma renda fixa garantida, o que possibilita que eles possam deixar a associação por ter esse “amparo”. Essa consideração não está julgando o mérito e a importância dos programas sociais, apenas leva em conta as atitudes dos catadores em relação à percepção de ser beneficiário.

Esta experiência demonstra que o processo de organização dos catadores e a implantação da coleta seletiva precisam de um período de tempo superior ao que foi utilizado. Outros benefícios deveriam ser oferecidos aos catadores no período inicial do projeto, como forma de evitar a rotatividade, tais como: cesta básica de alimentos ou remuneração fixa mensal, custeada pela prefeitura, que é a instituição responsável pela coleta nos municípios. Espera-se que os resultados aqui obtidos possam servir de subsídios para outras iniciativas semelhantes.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, E. M. L. S. O estímulo à criatividade no contexto universitário. *Psicologia Escolar e Educação*, Campinas, v. 1, n. 2-3, p. 29-37, 1997.
- BORDENAVE, J. E. D. *O que é participação*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2010.
- BRITO, V. G. P. *et al.* A dinâmica política no espaço organizacional: um estudo das relações de poder em uma organização cooperativa. *Rac Eletrônica*, p. 141-154, 2008.
- CARRION, R. S. M. Alternativas econômicas de trabalho e produção: desafios à consolidação de empreendimentos populares nos moldes da economia popular e solidária. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL*, 9., 2003. Salvador, BA. Anais... Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2003.
- ECO-92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Agenda 21*. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/7706>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

- FARIA, C. R. S. M. *A política nacional de resíduos sólidos*. 2011. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/temas-e-agendas-para-o-desenvolvimento-sustentavel/a-politica-nacional-de-residuos-solidos>>. Acesso em: 1.º fev. 2014.
- FARIA, H. M. *Uma discussão a respeito dos benefícios econômicos da gestão ambiental*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Escola Federal de Engenharia de Itajubá, Itajubá, 2010.
- FERNANDES, R. et al. *Uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental*. Disponível em: <http://www.redeceas.esalq.usp.br/noticias/Percepcao_Ambiental.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2015.
- HEIDEN, A. I. V. D. *Cooperativas de reciclagem de lixo e inclusão social: o caso do município de Itaúna, MG*. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Organizações Sociais) – Universidade do Estado de Minas Gerais, Divinópolis, 2008.
- HELLWIG, B. C.; CARRION, R. M. A participação no processo decisório: um estudo na economia solidária. *Revista de Gestão USP*, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 1-14, out./dez. 2007.
- HESS, S. *Nós no mundo: educação ambiental*. Campo Grande: Editora UFMS, 1998.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico*. 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=500110&search=mato-grosso-do-sul|aquidauana>>. Acesso em: 10 fev. 2014.
- LACERDA, L. D.; MARINS, R. V. Geoquímica de sedimentos e o monitoramento de metais na plataforma continental nordeste oriental do Brasil. *Geochimica Brasiliensis*, v. 20, n. 1, p. 120-132, 2006.
- MANCE, E. A. *A revolução das redes de colaboração solidária*. 15 de junho de 2005. Disponível em: <http://solidarius.com.br/mance/biblioteca/A_Revolucao_das_Redes_de_Colaboracao_Solidaria.pdf>. Acesso em: 1.º dez. 2014.
- PÁDUA, L. C. T. *A geografia de Yi-Fu Tuan: essências e persistências*. 203 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- RODRIGUEZ, C. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SANTOS, B. S. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 331-337.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SINGER, P. Economia solidária versus economia capitalista. *Sociedade e Estado*, v. 16, n. 1-2, p. 100-112, dez. 2001.
- TUAN, Yi-Fu. Ambiguidades nas atitudes para com o meio-ambiente. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 245, p. 5-23, 1975.
- VALENTIM, I. V. L. *Confiança interpessoal: uma análise das relações em uma associação de reciclagem de resíduos sólidos*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.